Denys Lobo

Jânio Littig (centro) com a filha, esposa e o pai. Produção de tilápia na propriedade conta com a participação de todos, gerando renda para a família e alimento para Gabriela na escola

Alimentando conhecimento

Fornecimento de alimentos da agricultura familiar para merenda escolar ajuda a transformar futuro de produtores rurais e cooperativas agrícolas

por Denys Lobo

Base da economia de mais de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil pessoas e responsável direta por mais de 65% dos empregos gerados no setor agropecuário, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar tem a missão de abastecer, com alimentos plantados e colhidos pelos homens e mulheres que vivem no campo, feiras, supermercados, centrais de abastecimento e os milhares de lares espalhados por todo o Brasil.

No entanto, desde 2009, esses produtos assumiram mais um papel de extrema relevância: o de estar presente também no prato dos alunos das escolas públicas, na hora da merenda escolar.

Tal conquista foi alcançada graças à Lei n° 11.947, que determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e ao Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

O fato promoveu uma significativa transformação na alimentação escolar e trouxe diversos benefícios para os dois públicos. Para os estudantes, foi importante para diversificar o cardápio e aumentar a oferta de alimentos mais saudáveis, contribuindo, assim, para uma melhor formação de hábitos alimentares.

Já para os agricultores e cooperativas, a medida foi fundamental para abrir mais um canal de comercialização, criação de empregos, ampliação da geração de renda e, consequentemente, da manutenção das famílias no campo, como explica o presidente da Coopera-

tiva da Agricultura Familiar de Cariacica (CAFC), Davi Barcelos.

"Eu desconheço um programa tão importante para o produtor rural e para a agricultura familiar quanto o PNAE. Antes da existência do programa, o agricultor não tinha um norte, ele não sabia para quem ia vender. Além disso, grande parte desses contratos eram fechados com empresas de outros estados, que ganhavam esses editais e levavam esse dinheiro embora do Espírito Santo, impossibilitando que esses recursos chegassem àqueles que mais precisam, que são os produtores que estão na ponta dessa cadeia, plantando e colhendo. Atualmente, a situação mudou por completo: o agricultor que queria sair da roça, agora já pensa em comprar mais terra para plantar".

A Sedu

No Espírito Santo, devido ao extenso número de estudantes, os contratos firmados entre as administrações públicas (municipais e estadual) e as cooperativas se tornaram um ativo importante para este segundo grupo. Este ano, por exemplo, somente a Chamada Pública realizada pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu) para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar para as unidades de ensino estadual alcançou o valor de R$ 19,9 milhões.

Das 24 instituições aprovadas pelo edital para entregar essas mercadorias, 16 são cooperativas, localizadas tanto na Grande Vitória quanto nos municípios do interior do Estado (veja a lista completa na tabela inserida na matéria). Além disso, quase a totalidade do recurso (R$ 19 milhões) contratado pela Sedu está ligada exclusivamente às cooperativas, gerando, assim, uma renda significativa para os cooperados.

Com relação aos alimentos, a variedade é extensa. A lista inclui itens hortifrutigranjeiros (legumes, verduras, vegetais, ovos), refrigerados (iogurte, peixe e polpa de frutas) e estocáveis (feijão, leite em pó, farinha), que servirão para alimentar, aproximadamente, 227 mil alunos somente na rede estadual, segundo dados da Sedu.

Conselheira efetiva do Conselho Regional de Nutrição (CRN-4), Juliana Pizzol fez questão de ressaltar a melhora expressiva na alimentação escolar após a entrada da agricultura familiar. "Antes de 2009, o cardápio era assustador. Existia um consumo muito alto de alimentos superprocessados, como aquelas sopas prontas; o suco era daqueles de pozinho e a quantidade de verduras no cardápio era bem pequena. Depois disso, os cardápios melhoraram bastante, principalmente em função do aumento de alimentos mais frescos e hortifrúti".

Juliana destaca ainda que o fato das compras serem feitas, prioritariamente, de forma regionalizada também é um fator importante, que ajuda a fortalecer a economia e manter um padrão de entrega satisfatório.

"Os produtos advindos da agricultura familiar, geralmente, estão em um raio de proximidade de onde ela está sendo executada. Aqui no Espírito Santo, nós temos uma gama grande de produtores em Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá, Afonso Cláudio. Por conta dessa proximidade, é possível garantir uma maior qualidade na entrega, já que há menos deslocamento. Por exemplo, se eu compro um mamão de Domingos Martins, ele vai chegar com uma qualidade melhor do que um comprado fora do estado", completa a nutricionista.

O destaque do cardápio

Fundada em 2007 e contando, atualmente, com 222 cooperados ativos, a Cooperativa de Empreendedores Rurais de Domingos Martins (Coopram) é quem detém o maior contrato de fornecimento de alimentos junto à Sedu, no valor de R$ 4,8 milhões.

O alto montante, que representa quase 25% do recurso total da Chamada Pública, determina que a cooperativa entregue, durante todo o ano, diversos itens as escolas, como: abóbora, vários tipos de banana (prata, nanica, da terra), batata inglesa, mexerica, feijão preto e mel sachê. No entanto, é um outro produto, de alto valor nutritivo, que faz o contrato da instituição ser tão valorizado.

Arquivo Particular

Presidente da CAFC, Davi Barcelos, exalta a importância do PNAE para o agricultor familiar: "desconheço um programa tão importante para o produtor rural"

Arquivo Pessoal

Entrada dos produtos da agricultura familiar no cardápio escolar foi determinante para uma melhora na alimentação dos alunos, explica Juliana Pizzol, do Conselho Regional de Nutrição

"A grande diferença do nosso contrato para os demais está no filé de tilápia, que é um produto com altíssimo valor agregado. Nós somos a única cooperativa que produz e entrega o pescado dentro do Estado. Para se ter uma ideia, para se produzir um quilo de filé, o produtor gasta, em média, R$ 38, que é um valor bem significativo. Por isso, o valor recebido em cima da mercadoria também é alto", explica Darli José Schaefer, presidente da Coopram.

Apesar da importância nutricional das frutas, verduras e vegetais, o filé de tilápia é, seguramente, o principal item deste contrato assinado pelas organizações com a Sedu. Considerado um alimento rico em proteínas e pouco calórico, sua entrada no cardápio escolar foi bastante relevante e passou a permitir que uma parcela significativa dos estudantes também tivesse acesso ao pescado.

"A gente considera o iogurte e, principalmente, a tilápia produtos nobres dentro da merenda escolar, em razão da qualidade nutricional. Em municípios menores, por exemplo, as escolas públicas são as únicas que existem e elas abrigam alunos de todas as classes socioeconômicas. Por conta do custo e, dependendo da condição familiar, muitos estudantes não têm acesso a esses itens dentro de casa. São alimentos desconhecidos pelas famílias, mas que começam a ser consumidos pelas crianças nas escolas", diz Juliana Pizzol.

A maior parte do pescado entregue pela Coopram é produzida nas áreas rurais dos municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano, em localidades como Paraju, Ponto Alto e Soído de Baixo. No entanto, como explica a nutricionista responsável-técnico da Sedu, Suelen Natali Bruno, este filé não é consumido só pelos estudantes da região, mas por todos aqueles matriculados nas mais de 400 escolas geridas pelo Estado.

"A alimentação é terceirizada e feita pelas empresas responsáveis por lote (região). No entanto, todos os estudantes têm acesso aos mesmos produtos. Se, durante a semana, a tilápia estiver no cardápio para um aluno da Região Sul, ela também vai ser ofertada para os alunos da Região Norte", confirma.

PNAE: segurança, rentabilidade e benefícios

Apesar do alto valor recebido, os montantes desses contratos fechados por meio do PNAE não voltam integralmente para as cooperativas e cooperados, afinal é preciso descontar os diversos custos que a cadeia possui - de produção, estocagem, logística de entrega, entre outros. Mesmo assim, o mercado da alimentação escolar tem se mostrado rentável e ajudado no desenvolvimento das organizações e dos próprios produtores.

Um dos principais motivos para que isso aconteça está na segurança que existe neste tipo de transação. Como o recurso chega via Governo Federal, não há o temor do não pagamento, como ocorre em outras situações. Dessa forma, como detalha o presidente da CAFC, Davi Barcelos, o trabalho pode ser feito de forma planejada e sem risco de prejuízo financeiro.

"O PNAE e a segurança que esses contratos trazem tem mudado a realidade de todos. Quando o governo compra com a agricultura familiar e existe uma previsão de entregar um determinado volume, o agricultor acaba criando uma estrutura e consegue fazer um planejamento na roça para escoar toda a sua mercadoria, criando um desenvolvimento socioeconômico em cadeia".

Barcelos confirma que quase 75% de tudo que é produzido pelos coopera-

VOCÊ SABIA?

Com o intuito de desburocratizar parte do processo, a aquisição de produtos da agricultura familiar é realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. No entanto, a lei exige que todos os preços ofertados sejam compatíveis com os vigentes no mercado local

dos é direcionado para o PNAE. Além do contrato de R$ 1,6 milhão com a Sedu, o quinto maior entre todas as organizações, a cooperativa de Cariacica também tem outros acordos firmados com diversos municípios do Espírito Santo e de São Paulo, que, somados, chegam a mais de R$ 7 milhões. Entre os itens produzidos pelos agricultores familiares da CAFC estão a farinha de mandioca, a abóbora, o mel, a banana (carro-chefe da cooperativa) e a mariola sem açúcar.

Ele exemplifica como a situação tem trazido benefício para todos, de forma geral. "Muitos cooperados repassam de 90% a 100% do que produzem direto para o programa. Então, para o produtor, o mais importante é a garantia da venda daquilo que ele produz e por um preço justo. Já para as cooperativas, acho que o principal é a melhora na estrutura. Quando a CAFC surgiu, em 2017, a gente precisava usar o espaço particular de um cooperado, já que não tínhamos estrutura própria. Hoje, a situação é diferente: a cooperativa já possui sua estrutura física, temos terreno próprio, três câmaras frias para armazenar a banana, que é nossa principal mercadoria, quatro caminhões que fazem a coleta e entrega das mercadorias, além de uma equipe administrativa que ajuda e dá todo o suporte aos cooperados".

Na Coopram, a situação não é diferente. Atualmente, são mais de R$ 15 milhões em contratos diretos com a alimentação escolar, sendo os maiores com o Governo do Espírito Santo e as prefeituras de São Paulo e Vila Velha. De acordo com Schaefer, presidente da cooperativa, o recurso que retorna para a organização também é repassado aos produtores e utilizado para investimentos, como a compra de caminhões frigoríficos, que fazem o transporte da tilápia.

"É uma cadeia que gira de forma muito boa. Todo mundo ganha: a cooperativa, os cooperados e os alunos, que passam a consumir um produto de melhor qualidade. É algo muito sustentável, inclusive, para a nossa região. Por isso, a gente torce, luta muito e faz um trabalho bem feito para continuar melhorando, indo para frente", celebra o mandatário da Coopram.

A apresentação do cardápio e o destaque que se dá para a agricultura familiar também ajudam a incentivar o consumo nas escolas. "Nós destacamos os produtos para que os alunos e toda comunidade escolar tenham conhecimento de quais são os itens adquiridos pela agricultura familiar. É importante essa informação para que também seja um estímulo à adesão à alimentação escolar", informou a Secretaria de Estado da Educação.

A ponta da cadeia

Levada ao pé da letra, a expressão agricultura familiar soa perfeita e ajuda a conhecer um pouco mais a história da família Littig, que teve sua vida transformada graças ao PNAE. Moradores de Soído de Baixo, área rural de Marechal Floriano, o casal Jânio e Edna Littig faz parte de um grupo de mais de 100 cooperados da Coopram que produzem tilápia e são beneficiados pela entrega do pescado para os programas de alimentação escolar.

"Eu sempre trabalhei com café, mas há oito anos comecei a mexer com a tilápia com o objetivo de diversificar a produção aqui na propriedade e obter uma renda extra. Atualmente, o lucro que eu tiro com as duas culturas é quase o mesmo", conta Jânio, que só com a piscicultura consegue gerar um lucro médio de R$ 60 mil anuais.

Nos cinco tanques que possui em sua propriedade, o cooperado consegue produzir 36 mil toneladas de peixe por ano, sendo 80% destinado diretamente para o PNAE. Dali, o pescado sai para ser consumido por estudantes de todo o Espírito Santo, incluindo a sua própria filha, Gabriela.

Com 14 anos e cursando o oitavo ano na Escola Gisela Salloker Fayet, a mesma que o pai estudou na infância, a menina que também já tem suas responsabilidades no processo de criação dos peixes se mostra feliz por consumir algo saudável e que ajuda a produzir. "Fico feliz de comer na escola algo que eu ajudo a produzir aqui em casa. Isso é importante, pois sei como tudo funciona e o que eu estou comendo".

A mãe de Gabriela, Edna Littig, compara a alimentação escolar da sua época de estudante com a que é oferecida a sua filha e elogia o cardápio atual. "No meu tempo, era muito leite com achocolatado e biscoito. Hoje em dia, a alimentação é muito melhor e o cardápio é mais variado. As crianças comem arroz, feijão, verduras, peixe, que ajudam no crescimento e desenvolvimento".

Na área rural de Cariacica Sede, onde o agricultor Sérgio Boldi mora com a família, a situação é a mesma dos Littig: todos se envolvem na produção e as filhas têm a oportunidade de consumir na escola itens que ajudam a plantar em casa, como cebolinha, salsa, limão-taiti, aipim, inhame e banana, alimentos entregues por eles para o PNAE.

Vice-presidente da CAFC, o agricultor é mais um que celebra o fato da alimentação escolar possibilitar que ele e a família possam continuar vivendo na roça. "O PNAE é importante porque dá ao produtor rural força para continuar plantando e, consequentemente, morando aqui no campo. Não adianta falar que morar na roça é bom e bonito se o agricultor não tem uma renda".

A produção de banana e das hortaliças na propriedade de Boldi - e de tantos outros cooperados da CAFC - é feita de forma totalmente orgânica, sem utilização de nenhum tipo de agrotóxico. Esposa do agricultor e mãe coruja das filhas Isabela e Gabriela, Maria Ivanete Simões aponta esse como um dos principais benefícios para todos que consomem os alimentos.

"Produzir algo orgânico é trabalhoso, mas muito importante, afinal a gente também como os produtos que plantamos aqui. Como mãe, além de pensar nas minhas filhas, eu acabo pensando também no benefício que essa fruta sem agrotóxicos traz para todas as outras crianças, que comem na merenda frutas e verduras orgânicas", finaliza.

Arquivo Particular

Na área rural de Cariacica Sede, onde o agricultor Sérgio Boldi mora com a família: todos se envolvem na produção e as filhas têm a oportunidade de consumir na escola itens que ajudam a plantar em casa, como cebolinha, salsa, limão-taiti, aipim, inhame e banana, alimentos entregues por eles para o PNAE

Divulgação

Cardápio da Sedu é idealizado para atender estudantes de todas as parte do Estado com mesmos alimentos

Valor recebido pelas cooperativas capixabas na Chamada Pública da Sedu - 2022

COOPRAM R$ 4.8 milhões	SELITA R$ 2.8 milhões	COOPERFRUIT R$ 2.1 milhões	CAFAC R$ 1.7 milhão
CAFC R$ 1.6 milhão	NOSSA TERRA R$ 1.6 milhão	CAF SERRANA R$ 858 mil	CAF COLATINA R$ 751 mil
CAF SÃO MATEUS R$ 645 mil	CAF CACHOEIRO R$ 580 mil	CAF ARACRUZ R$ 533 mil	CLAC R$ 363 mil
COOPERVIDAS R$ 341 mil	COOAPE R$ 70 mil	CAF MUNIZ FREIRE R$ 45 mil	CPC R$ 24 mil

Fonte: SEDU